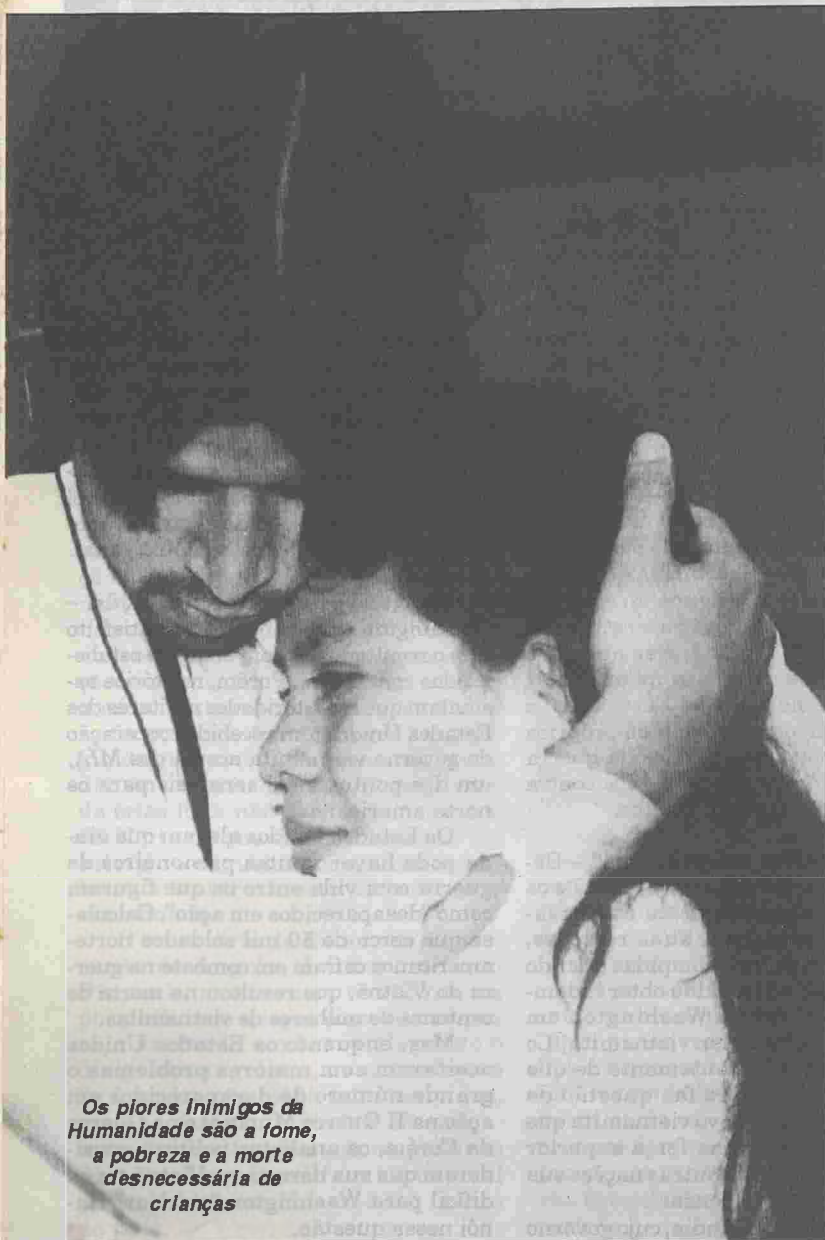


A consciência mundial e os direitos humanos



Os piores inimigos da Humanidade são a fome, a pobreza e a morte desnecessária de crianças

Modesto da Silveira e Brady Tyson*

Em dezembro de 1998, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completará 50 anos; a data será uma oportunidade única para transformar este documento em um Contrato Social Global que ajude a eliminar o abismo entre os ricos e os pobres do planeta



A Conferência da ONU sobre Direitos Humanos, realizada em julho de 1993, em Viena, foi em si mesmo um fato promissor

A Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em julho de 1993, foi um evento importante e promissor na longa caminhada das instituições que se dedicam a promover e a proteger os direitos individuais. Aprópria realização desta primeira grande conferência de direitos humanos foi um fato significativo, e sua repercussão no debate mundial sobre o tema foi evidente.

A abertura à participação das Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGIs), ou seja, aquelas que têm *status* oficial perante a ONU, foi um estímulo ao diálogo e assegurou a amplitude temática.

Independente dos avanços efetivos que a Conferência de Viena trouxe (e foram muitos), a reunião foi um marco na evolução do movimento global de educação na perspectiva do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 1998.

Em 1973, os bispos católicos do Brasil iniciaram uma campanha de apoio à Declaração Universal dos Direitos Humanos com o objetivo de estimular a reflexão sobre este tema tão importante no mundo atual e como uma forma de comemorar o 25º aniversário da Declaração.

O Brasil estava então em plena ditadura e os bispos expressaram dessa forma sua preocupação com os casos de tortura e outras formas de repressão utilizadas para sufocar os movimentos progressistas e democráticos. Os prelados estavam muito conscientes do papel chave desempenhado pela opinião pública e da necessidade de contar com uma ampla coalizão que assumisse a bandeira da defesa dos direitos humanos.

Aderiram à campanha lançada pelos bispos brasileiros, além de uma ampla comunidade cristã, organizações de advogados, jornalistas, acadêmicos, pro-

fessores e organizações não-governamentais. Foi um esforço precursor para a unidade da sociedade civil, que cresceu muito e acabou desempenhando um papel significativo no retorno à democracia.

A volta à democracia – tanto no Brasil como na maior parte dos países da América Latina – e a consciência que a sociedade adquiriu sobre a gravidade desses delitos fizeram com que a tortura e os “desaparecimentos” deixassem de ser uma corriqueira forma de repressão política.

A era “antidireitos humanos” – E se houve (e como!) necessidade de formar uma Coalizão Global pelos Direitos Humanos nos anos 60, hoje essa necessidade é ainda maior, porque mudaram os problemas, mas os direitos humanos essenciais continuam a ser violados. A dilatação do fosso que separa os pobres dos ricos em quase todos os países do mundo – em um processo de concentração de renda no qual os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres – afetou a maioria da população mundial.

Os poderes estabelecidos no mundo (políticos e econômicos) estão mais sofisticados atualmente e como muitos dos movimentos populares de base foram debilitados ao extremo, a tortura e a repressão política voltaram a ser utilizadas como formas de “controle social” sem que os movimentos de direitos humanos tenham força suficiente para detê-los. Assim sendo, essa dinâmica afeta a cada vez mais pessoas, devido principalmente ao aumento da pobreza.

O pensador italiano Norberto Bobbio escreveu que vivemos na “Era dos Direitos Humanos”, mas pode ser que estejamos assistindo, na realidade, ao nascimento de uma “Era Antidireitos Humanos”, na qual o centro de poder político passará da classe média para as novas cúpulas globais do poder.



Rio-92: faltou maior participação no Fórum Global das ONGs dedicadas aos direitos humanos

Desde o começo do período pós-industrial e do advento da era tecnológica, o poder e a riqueza a nível mundial se concentraram e os sonhos de democracia surgidos com a Revolução Industrial na então pujante classe média têm sido cada vez mais mutilados.

Mas mesmo sem entender completamente o novo perfil adquirido pela Revolução Eletrônica Global, é importante preservar os elementos essenciais do movimento dos direitos humanos nesse difícil período de transição. Mais ainda, precisamos preservar a adesão em torno da causa dos direitos humanos e da promoção e proteção da dignidade humana com um conteúdo que aponte para uma forma de Contrato Social Global.

Este é, claramente, um dos "longos caminhos" que não será fácil ou rápido de percorrer completamente. Há muitos perigos e obstáculos e todo plano sério deve considerar várias vias de avanço. Não existem "salvadores" nem atalhos. Mas cada passo abrirá caminho para o seguinte e assim se descobrirão os novos avanços possíveis.

O papel da ONU - Na nova fase da luta pelo respeito aos direitos humanos, seria um erro tão grande ignorar a ONU como dar muita ênfase ao que ela possa conseguir.

Nesse período de pós-Guerra Fria, as Nações Unidas atravessam uma fase na qual os conceitos e os conflitos tradicionais ganham outra dimensão e na qual uma nova linguagem e uma nova agenda vão sendo definidas.

É notório, entretanto, que a ONU está profundamente dividida. E esta divisão passa atualmente pelos países industrializados de um lado e pelos países subdesenvolvidos do outro. Ainda que no caso destes últimos, seus representantes costumem defender o *status quo* e se colocar contra seus próprios povos.

Somente a sociedade civil de cada país, organiza-

da a nível mundial (no que poderíamos chamar de "Fórum Público Global") será capaz de estimular seus próprios governos a serem mais ativos dentro da ONU e darem um efetivo apoio aos processos de desenvolvimento "sustentável e humano" para promover programas orientados pelo sentido de justiça social, em uma sociedade global mais aberta.

Os perigos de uma aliança dos ricos - As Nações Unidas, consideradas suas limitações, são um dos foros internacionais mais importantes e se converteu em cenário de muitas batalhas. Mas existe o perigo de que a organização mundial seja transformada em uma

nova aliança entre os antigos poderes imperiais (Inglaterra, Estados Unidos, França, Japão e Alemanha), para criar uma corporação de países ricos que controle a agenda mundial.

Se isso ocorresse, a ONU seria utilizada por essas nações poderosas como fator de legitimação para impor ao resto do mundo "a lei e a ordem", valendo-se de uma espécie de "poder de polícia mundial", integrada por forças militares desses países ou dos que atuem sob seu comando.

Essa aliança incluiria todo o Grupo dos Sete (Estados Unidos, Alemanha, Japão, Canadá, Inglaterra, França e Itália), além da Rússia e da China. Estes dois últimos com poder de veto no Conselho de Segurança. A Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que concentra o poder militar máximo do Ocidente, seria a entidade armada desta aliança.

A atuação coordenada dos ricos na ONU tenderá a priorizar a proteção dos direitos civis e políticos, deixando de lado os direitos econômicos, sociais e culturais. Por isso, será uma tarefa das nações do Terceiro Mundo garantir que todos os aspectos contemplados na Declaração Universal dos Direitos Humanos sejam igualmente respeitados e com o mesmo nível de seriedade.

Há uma significativa maioria de países dentro da ONU favorável a esse desenvolvimento e à justiça, mas muitos de seus governos representam cúpulas dirigentes que oprimem seus povos ou tratam de chegar a acordos com os governos dos países ricos contra o interesse dos pobres.

Algumas lições úteis - Há lições muito úteis que podem ser tomadas a partir da "Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento" e do chamado Fórum Global de organizações não-governamentais, que funcionou no Rio de Janeiro

DIPLOMACIA

PONTO DE VISTA

paralelamente durante a Rio-92. Essas lições podem ser também comparadas com as deixadas pela Conferência Mundial sobre Aids, em Amsterdã.

Uma primeira lição é que os resultados de toda conferência de caráter mundial dependem de como tenha sido o processo de sua preparação. Debates e diálogos entre os diversos participantes são essenciais para se chegar à reunião com estratégias corretas.

A segunda lição é sobre a crescente importância que adquiriu a atuação dos representantes da sociedade civil, o "Fórum Público Global", e a crescente interação que existe entre os meios locais e nacionais e o Fórum Global.

A terceira lição é a falta de desenvolvimento e de participação que tiveram as ONGs dedicadas aos direitos humanos e a falta de idéias novas na Rio-92.

A quarta lição é que se deve reconhecer a importância das ONGs e entender que seu papel principal é conseguir que os respectivos governos nacionais eduquem e façam avançar seus povos, além de promover o diálogo desses governos com os mais oprimidos, com as minorias.

Nesse sentido, uma reflexão é válida: existe uma tendência a acreditar que qualquer reunião internacional é mais importante do que as lutas nacionais ou locais. As conferências da ONU têm um papel e vale

a pena impulsionar a participação das ONGs nelas. Mas esses eventos não são tão efetivos como se poderia imaginar e o simples fato de tomar partes deles não significa que a ONG tenha cumprido um papel relevante. A ONU é menos eficaz do que pretende. No melhor dos casos, os encontros internacionais são oportunidades para a troca de idéias. O trabalho real ocorre a nível das "políticas de poder".

A quinta lição é que a maioria das ONGs não pode ser considerada como representante legítima e autêntica da sociedade civil. A maioria delas tem pouco mais de legitimidade do que a conferida aos governos pelos processos eleitorais. E esta, por sua vez, lhes é conferida pelo voluntarismo da classe média. As ONGs precisam expandir seu trabalho não para as outras ONGs, mas sim para os pobres do mundo.

Um movimento da classe média — como o que integra a maioria das ONGs — não pode falar com propriedade em nome dos pobres, apesar do compromisso que possa ter assumido em defesa dos problemas da pobreza.

A sexta lição é que toda aproximação individualista da realidade global é, em última instância, contraproducente. Existem grupos que pensam que sua efetividade depende do enfoque que dão a cada problema particular, considerando os demais como competidores e rivais.

Período de reflexão — É pouco construtivo que um grupo não reconheça a importância de aceitar ser relegado a um segundo plano no esquema de prioridades globais.

Certamente haverá — e já há — muitos conflitos em torno das prioridades que devem ter os esforços e os planos de desenvolvimento globais. Mas, com toda segurança, não estaríamos mentindo se afirmássemos que há uma grande maioria de acordo em que os piores inimigos da Humanidade atualmente são a fome, a pobreza e a morte desnecessária de crianças.

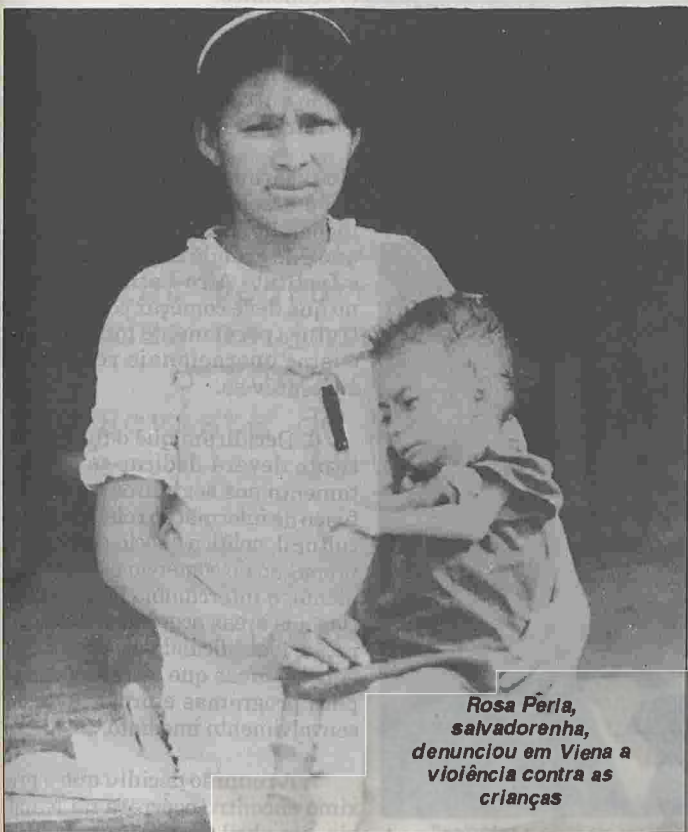
É claro que a Declaração Universal dos Direitos Humanos deve ser revisada depois de 50 anos, diante das difíceis experiências atravessadas pelo mundo desde a Segunda Guerra Mundial.

Mas o tempo é curto. Devemos começar já a promover encontros em todo o mundo — nos vilarejos, cidades, províncias — nos quais iniciemos um período de reflexão mundial sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, à luz dos desafios do próximo milênio.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de dezembro de 1948, é a base do "Contrato Social Global" e deve ser ensinada em todas as escolas e universidades e nas instituições de qualquer caráter. É a base dos "valores fundamentais" que permitem que uma sociedade funcione em liberdade. ■

*Modesto da Silveira é advogado defensor dos direitos humanos. Foi deputado e defensor de presos políticos.

Brady Tyson é professor (aposentado) de Política Externa norte-americana na American University, de Washington, e foi assessor para direitos humanos de Andrew Young, ex-embaixador na ONU durante a presidência de Jimmy Carter



Rosa Perla, salvadorenha, denunciou em Viena a violência contra as crianças